

RESENHA

SCOTT, Joan Wallach. *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres. 2002. 312 p.

por Fernanda Lemos*

A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem

Joan Scott é, sem dúvida, para os estudos de gênero um referencial teórico de fundamental importância. O título da obra é um convite para que o movimento feminista reflita sua posição e atuação histórica. Quem seria a cidadã paradoxal que o título apresenta? Certamente, esta cidadã não tem visibilidade na história tradicional que conta o processo de democratização da França. Segundo a autora, o grande ideal invocado pela Revolução Francesa, na busca pela tríade “*Liberdade, Igualdade e Fraternidade*”, alcançou apenas o homem, enquanto cidadão universal. Por isso, os ideais da Revolução foram questionados pelas feministas, visto que os direitos universais não eram tão universais assim!

A obra está dividida em seis capítulos, e conta com a apresentação de Miriam Pilar Grossi. No primeiro capítulo, Scott propõe uma releitura da história do feminismo, a partir da luta pelos direitos políticos das mulheres na França do século XVIII, momento em que a recusa, por parte dos legisladores, em admitir o voto feminino se legitimava pela afirmação das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Se-

gundo a autora, o indivíduo abstrato era possuidor de direitos naturais, entretanto estes indivíduos eram especificamente os homens, uma vez que eram considerados moralmente seres completos, logo, o fundamento da individualidade era a masculinidade (SCOTT: 2002, 37). Os chamados direitos universais, bem como outras instituições, ignoraram a cidadania e a individualidade da mulher.

Nos quatro capítulos que seguem, Scott se refere à atuação de quatro mulheres que ajudaram a construir não só a história do feminismo, mas a história da França. Os capítulos constituem uma tentativa de construir uma historiografia singular, não apenas baseada em narrativas biográficas e acontecimentos estáticos das protagonistas, mas demonstrando as próprias dificuldades de um movimento paradoxal que possui tensões internas, como é o caso do movimento feminista: *Os paradoxos feministas (...) têm sido interpretados como produtos das próprias confusões das feministas (...)* (SCOTT: 2002, 47).

Dentre as personalidades que constroem este cenário paradoxal, a autora nos apresenta Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier, mulheres francesas militantes que, segundo Gouges, (...) *só tinham paradoxos a oferecer (...)*. Scott observa a importante contribuição destas mulheres para a construção da história do feminismo e da França, sendo a preocupação primeira destas “cidadãs paradoxais” a luta militante em defesa dos direitos da mulher enquanto indivíduos e cidadãs.

A análise da luta política destas militantes pressupõe entrar em contato com os dilemas do paradoxo que representou a própria construção da história do movimento feminista na França. Não havia uma linearidade de pensamento que as conduzisse, não fizeram parte de um mesmo movimento em favor dos direitos da mulher, mas suas idéias e reivindicações configuravam num denominador comum, no momento em que exigiam para as mulheres a inclusão nesta idealizada categoria universal.

* É mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião na área de Ciências Sociais da Umesp, e membro do Núcleo de Estudos de Gênero Mandrágora/NETMAL.

Segundo Scott, Olympe de Gouges exigia politicamente que as mulheres fossem representadas enquanto cidadãs, por isso publica em 1791 – inspirada em Rousseau – a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. A consequência desta luta culminou em sua condenação à morte. Da mesma forma, Jeanne Deroin herdou a campanha de Olympe de Gouges em favor dos direitos da mulher, escreveu panfletos e publicou artigos que discutiam a questão salarial e o direito ao voto pelas mulheres. Já Hubertine Auclert, em carta destinada a Jeanne Deroin, denunciou a falsidade de uma república que se eximia de conceder direitos políticos às mulheres. Scott afirma que a cidadã feminista de Hubertine era “uma cidadã republicana”, por considerar que o voto representaria uma “máquina de progresso”. E, por fim, a autora nos apresenta Madeleine Pelletier, expressão de um feminismo radicalmente individualista. Enquanto psiquiatra, considerava que a vestimenta feminina era uma representação da opressão dos homens sobre as mulheres e que a identidade “feminilizada” aceita pelas mulheres configurava um fenômeno psicológico. Por isso, incitava que elas se tornassem socialmente homens, travestindo-se, da mesma forma que ela, como protesto para reivindicar sua atuação política na sociedade.

No capítulo seis, Scott faz um balanço do que significou a conquista do direito ao voto para as mulheres, e afirma que a concessão deste direito representou para a França não apenas seu reconhecimento enquanto cidadã, mas a necessidade de acompanhar outros países que já haviam concedido esses direitos políticos. Segundo a autora, o direito ao voto afirma a mulher como sujeito político, entretanto, este “direito político” não representou a inclusão na categoria de indivíduos integralmente autônomos, visto que segundo Simone de Beauvoir, “o direito ao voto não resolveu o problema da subordinação das mulheres, mas deslocou o eixo da contradição”.

Portanto, em última análise, a autora considera que o feminismo pós-sufrágio resultou em duas

tendências antagônicas: as feministas que buscam ser iguais aos homens, e as feministas da diferença radical. Dessa forma, como a “*natureza do paradoxo é ser insolúvel*”, a própria história do feminismo apresenta contradições próprias do paradoxo construído, afirma Scott.

Sem dúvida, esta obra representa um valioso referencial teórico para os estudos de gênero, pois, conduz-nos a reflexão sobre o real significado das conquistas feministas pós-sufrágio; Além de chamar atenção para o debate atual do feminismo contemporâneo: não dá para encerrar as discussões internas a respeito da igualdade *versus* diferença, visto que constitui um debate inevitável, quando se constroem relações paradoxais.